

Ata da 1ª (primeira) Sessão Ordinária do 2º (segundo) Período da 2ª (segunda) Sessão Legislativa da 9ª (nona) Legislatura da Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará.

Nos três dias do mês de agosto do ano de mil e novecentos e noventa e quatro, às 8:10 horas, no recinto destinado ao funcionamento do Plenário da Câmara Municipal, compareceram os vereadores: Aldenora Freire do Amaral, Aragaci Monteiro Chaves, Celínio Nogueira Barros, Francisco Hilário de Oliveira, Francisco Marcos Moreira, João Antonio Viana, José Dário Freire de Lima, José Rebouças da Costa, José Rosendo Freire, Manoel Moreira de Almeida, Paulo Maciel de Oliveira, Pedro Almeida Maia, Raimundo Tomarcho da Silva Maia e Roberto Wagner de Freitas. Na Presidência, o vereador Celínio Nogueira Barros, secretariado pelo 1º Secretário em exercício, vereador Francisco Hilário de Oliveira. Os trabalhos foram abertos com número le

gal e na forma regimental. Iniciando o expediente, procedeu-se a leitura da Ata da 18ª (décima oitava) Sessão Ordinária do 1º (primeiro) Período da 2ª (segunda) Sessão Legislativa, realizada em 29 de junho de 1994, sendo aprovada sem retificações. As matérias para leitura no expediente constaram: Projeto de Lei nº 408, de 01 de agosto de 1994, que concede aumento de salários, vencimentos e gratificações aos servidores da Administração Municipal e dá outras providências; Ofício nº 131/94, do Senhor Prefeito Municipal; Ofícios nºs 087, ao 096/94, do Presidente desta Casa Legislativa; Relatório das Atividades Legislativas do 1º semestre de 1994, Questão Vereador Celínio Nogueira Barnes; Cópia do Balanete da Câmara Municipal, referente ao mês de junho/94; Correspondência do Senhor Prefeito, contendo o quadro demonstrativo para efeito de cálculo dos subsídios dos Senhores Vereadores; Ofício nº 136/94, da Secretária de Finanças do Município; Ofício nº 027, do Presidente da FAE; Orientação nº 09/94 do TCM; Requerimento da Mesa Diretora, sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade do Art. 82 da Lei Orgânica do Município; Ofício nº 02/94, do Diretor da FAFIDAM. Na Tribuna Popular não houve pessoas inscritas. No Pequeno Expediente não houve vereadores inscritos. No espaço destinado ao grande expediente usaram da palavra os vereadores: José Keren do Freire, começou o seu pronunciamento pedindo esclarecimentos sobre o aumento dos servidores, se estava de acordo com o que foi definido entre o Executivo, o Legislativo e o Sindicato dos Servidores. Depois de receber a afirmativa do Presidente da Mesa e do Presidente do SIMSEP, não acrescentou mais nada porque tudo estava bem. Falou ainda da sua preocupação, como também deve ser a preocupação do Sr. Prefeito, na recuperação das estradas do nosso município, porque estão intransitáveis, e já que as chuvas acabaram-se está na época de começar a fazer essas restaurações. Manuel Moreira de Almeida, começou o seu pronunciamento falando da estrutura que estava montada para a compra do safra agrícola e o nosso município não foi contemplado pelo Gp

verno estadual. Fez um requerimento verbal, que foi aceito pelo Presidente da Mesa, para se fazer um ofício ao Sec. de Agricultura, para a aquisição da sapa do milho, que é a moção do Vale do Jequaribe. Já que existe um acordo com os avicultores, essa sapa poderia ser adquirida pelo preço mínimo e ser repassada aos criadores de aves. Como também a sapa do algodão, vai ser uma das maiores dos últimos anos e as cooperativas estão à mercê dos atravessadores que oferecem mais vantagens, pois os preços ofertados não compensa o agricultor fazer a colheita. Falou também sobre o abate dos animais no matadouro público. Antes de se fazer o transporte, a carne fica exposta no chão onde as pessoas ficam pisando contaminando, mesmo com a quantidade de água que se joga no local. Com um pequeno serviço, esses animais depois de serem tirado o couro e esquartejados, deveriam ser colocados em carretilhas apaxados nos trilhos e serem levados diretamente ao carro-transporte. Falou ainda sobre o problema da água na Chapada. O serviço de tubulação está longe de ser concluído e a população continua, no fundo, pagando a água de beber. O carro-pipa é um sistema paliativo, mas não é uma solução. Os vários segmentos políticos devem se engajar para solucionar o problema da água na Chapada. Roberto Wagner de Freitas começou o seu pronunciamento falando do concurso público do município e pediu ao Senhor Presidente a intervenção para se esclarecer melhor. Falou ainda sobre a taxa de iluminação pública, que ainda vem sendo cobrada pela COELCE da mesma forma. O Sr. Presidente pediu um aparte e falou que o Sr. Benildo Aguiar, diretor da COELCE, afirmou que somente após agosto a conta passaria a ser cobrada com a nova tarifa. Continuando, o Vereador Roberto falou que foi procurado pelos moradores da Rua Pio Ayres, para que solucionem os problemas lá existentes, como também porque ainda não foi liberado pelos cartórios a certidão de nascimento aos pobres. Raimundo Dinardo da Silva Maia

começou o seu pronunciamento falando sobre as reivindicações do vereador Aragaci na sessão passada, onde procurou dar todas as respostas sobre as indagações do vereador Aragaci, e no final o vereador Aragaci pediu um aparte e falou que estava contente com as respostas. Celínio Nequeira Barros começou o seu pronunciamento, procurando dar resposta às solicitações do vereador Roberto. Sobre o concurso público, o projeto ainda não foi enviado ao Legislativo e negociações não foram feitas. O projeto tem que chegar aqui e ser discutido primeiro, para ser aprovado e rejeitado depois. Sobre o problema das certidões de nascimento, o dono do Cartório, Edson, não está cumprindo com a lei; já procurei por todos os meios e até hoje não sei o motivo do seu não cumprimento. O vereador João Viana pediu um aparte e afirmou que o padre para batizar só batiza com o registro, o que está dificultando muito a vida dos pobres. Falou ainda sobre os professores do município que foram à Arara, fazer um curso de pós-graduação, todos estão de parabéns, inclusive o Prefeito pela doação do ônibus para a viagem. Falou sobre a Comissão de Defesa do Consumidor, onde feitos estão sendo colhidos e pediu a participação de todos os vereadores. Falou ainda sobre o bloqueamento das contas do município pelo INSS, a Prefeitura não tem culpa, o problema é da Câmara pelo não recolhimento do INSS de 89 a 93; a Prefeitura está procurando solucionar e breve espera por um ponto final no problema. De acordo com a Orientação do TCM, foi dada entrada no Tribunal de Justiça do Estado, uma ação direta de inconstitucionalidade, contra o art. 82 da Lei Orgânica do Município, onde fere os princípios de moralidade da coisa pública e esta ação foi impetrada por solicitação do próprio TCM. Sobre o matadouro público, onde se expõe a carne no chão, vamos levar ao conhecimento da divisão de vigilância sanitária e ao secretário de obras do município, para se resolver este problema. Falou ainda que o Sr. Prefeito autorizou a construção da quadra do Olho D'água; o mosaico está sendo

do feito; o único impasse está sendo a aquisição de 4 mil
lheiros de tijolos, porque não se encontra para comprar.
Roberto Wagner de Freitas pediu um aparte e perguntou so-
bre o problema da Rua Pio Afonso. O Sr. Presidente infor-
mou que no momento não tinha uma resposta satisfatória, mas
que iria se informar e na próxima reunião traria a resposta.

O vereador João Antonio Viana pediu um aparte e pediu ao
Sr. Presidente que levasse ao Olho D'Água a Comissão de Defesa
do Consumidor, para se fazer uma pesquisa de preços no co-
mércio local e favorecer as famílias pobres daquela região.

O Presidente Celso falou que iria marcar uma data para
levar a Comissão ao Olho D'Água. O Sr. Presidente recebeu o requere-
mento nº 010/94, assinado por diversos vereadores, onde pede um

gência especial ao Projeto de Lei nº 408, de 01 de agosto de 1994.

O Sr. Presidente colocou em votação o Requerimento nº 010/94,
sendo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes.

A Sessão foi suspensa por 15 (quinze) minutos para o Intervalo
Repositional. Reiniciando os trabalhos, procedeu-se a leitura

do EDITAL de publicidade da ORDEM DO DIA, que consistiu da se-
guinte matéria: I - Única discussão e votação do Projeto de Lei

nº 408, de 01 de agosto de 1994, que concede aumento de sala-
rios, vencimentos e gratificações aos Servidores da Administração

Municipal e das outras providências. Em seguida, o Sr. Presidente
concedeu a palavra aos Senhores Vereadores. Usou da palavra o

Vereador Aragaci Monteiro Chaves, falou que o aumento proposto
pelo Executivo estava de acordo com o que foi firmado entre o

Executivo, Legislativo e o Sindicato dos Servidores, aprovava o
Projeto e pediu aos colegas vereadores a sua aprovação. Cerrado

os debates, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei
nº 408, de 01 de agosto de 1994, sendo aprovado por unanimidade

de dos vereadores presentes. O Sr. Presidente marcou a próxima
Sessão Ordinária para o próximo dia 10 de agosto do corrente
ano. Nada mais havendo a tratar, a Sessão foi encerrada. E, pa

ra constar, lavrou-se a presente ata, que lida, posta em discussão,
vai assinada pelo Presidente, Secretário e demais Vereadores presentes.

~~Resol. 4~~ Aldenora J. do Amorim.

Francisco Hilário de Oliveira

João Antonio Dignus

Paulo Márcio de Oliveira

Magalhães de Almeida

João Roberto Filho

João Roberto de Góes

~~João Roberto de Góes~~

~~João Roberto de Góes~~

Pedro Affonso de Azevedo

Franisco Moura Moura

José Dário Fátima de Lima

Francisco Montenegro Mendes